



Câmara Municipal de Echaporã

Estado de São Paulo

CNPJ: 02.652.664/0001-60

Praça Riodante Fontana, 13 - Fone/fax: (18) 3356-1441 - CEP: 19830-000 - Echaporã - SP
www.camaraechapora.sp.gov.br contato@camaraechapora.sp.gov.br

Echaporã, 01 de julho de 2020.

OFÍCIO/CM/0040/2020
ILMO. SR.

Segue em anexo para fins da sanção e promulgação do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, conforme dispõe o art. 259 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Echaporã o seguinte autógrafo, o qual seu respectivo projeto fora colocado em votação, em Sessão Extraordinária realizada no dia 30 de junho de 2020, e aprovado por unanimidade:

1º) Autógrafo de nº 0023/2020, do Projeto de Lei nº 0024/2020 – Autor: Executivo Municipal – "Dispõe sobre o programa de recuperação de créditos fiscais – REFIS 2020, no município de Echaporã e dá outras providências."

Saliento que o referido projeto sofreu alterações na redação de seus artigos 5º, 6º, 14, 15 e 16.

Sendo só para o momento, tecemos nossos votos de elevada estima e distinto respeito.

Luis Cesar dos Santos
Presidente

Ilmo. Sr.
Luis Gustavo Evangelista
Prefeito Municipal
Echaporã-SP



Câmara Municipal de Echaporã

Estado de São Paulo

CNPJ: 02.652.664/0001-60

Praça Riodante Fontana, 13 - Fone/fax: (18) 3356-1441 - CEP: 19830-000 - Echaporã – SP

www.camaraechapora.sp.gov.br

cmechapora@gmail.com

AUTÓGRAFO Nº 0023/2020 PROJETO DE LEI DE Nº 024/2020

“DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS FISCAIS – REFIS 2020, NO MUNICÍPIO DE ECHAPORÃ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ECHAPORÃ, nos termos do art. 23, inciso XXV de seu Regimento Interno, faz saber ao Poder Executivo que em 30 de junho de 2020 o Plenário aprovou:

Art. 1º - Fica instituído no Município de Echaporã, o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a regularização de créditos do município, decorrentes de débitos tributários e não tributários, cujos fatos geradores e vencimentos ocorreram até 31 de dezembro de 2019, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, parcelados ou a parcelar, decorrentes de multas civis ou administrativas, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

Art. 2º - O ingresso no REFIS deverá ocorrer no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação desta Lei, por opção escrita do contribuinte ou responsável tributário que fará *jus* a regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos a que se refere o artigo anterior.

§1º - A opção deverá ser formalizada mediante requerimento no qual o contribuinte ou responsável tributário reconheça e confesse a dívida em caráter irrevogável e irretratável.

§2º - O prazo fixado neste artigo poderá ser prorrogado por Decreto do Executivo uma única vez, e por igual período, se justificadas a oportunidade e a conveniência do ato.

Art. 3º - O regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos a que se refere o artigo 1º obedecerá aos seguintes critérios:



Câmara Municipal de Echaporã

Estado de São Paulo

CNPJ: 02.652.664/0001-60

Praça Riodante Fontana, 13 - Fone/fax: (18) 3356-1441 - CEP: 19830-000 - Echaporã - SP
www.camaraechapora.sp.gov.br

cmechapora@gmail.com

I – Para pagamento à vista ou em até três parcelas serão deduzidos 100% (cem por cento) dos juros de mora e das multas, incidentes até a data da opção;

II – Para pagamentos em demais parcelas, os juros e as multas incidentes até a data da opção serão reduzidos nos seguintes percentuais:

a) 70% (setenta por cento) para parcelamento de 04 (quatro) a 10 (dez) meses;

b) 50% (cinquenta por cento) para parcelamento de 11 (onze) a 20 (vinte) meses;

c) 30% (trinta por cento) para parcelamento de 21 (vinte e um) a 30 (trinta) meses;

d) 10% (dez por cento) para parcelamento de 31 (trinta e um) a 40 (quarenta) meses;

§ 1º - O valor das parcelas mensais e sucessivas, não poderá ser inferior a R\$100,00 (cem reais).

§ 2º - Em casos excepcionais, desde que o interessado comprove, por meio de relatório elaborado pelo serviço social de Echaporã, que não pode suportar o valor da parcela mínima estipulada no § 1º, poderá ser deferido parcelamento com valor mínimo inferior ao estabelecido.

§ 3º - O vencimento da parcela única, ou da primeira parcela, deverá ser efetuado em até cinco dias após a consolidação da dívida mediante a adesão ao REFIS pelo contribuinte, e homologação do agente tributário municipal.

Art. 4º - Poderão ser incluídos no REFIS os saldos de eventuais parcelamentos em andamento, não cabendo restituição ou compensação, administrativa ou judicial, de valores recolhidos anteriormente à adesão do contribuinte ao REFIS.

§ 1º - Nas ações e execuções fiscais em andamento os honorários de sucumbência, a favor do Município, serão calculados sobre o saldo devedor e pagos na mesma proporção e quantidade das parcelas pactuadas no REFIS, cabendo ao contribuinte optante arcar com a totalidade das custas processuais.



Câmara Municipal de Echaporã

Estado de São Paulo

CNPJ: 02.652.664/0001-60

Praça Riodante Fontana, 13 - Fone/fax: (18) 3356-1441 - CEP: 19830-000 - Echaporã - SP
www.camaraechapora.sp.gov.br

cmechapora@gmail.com

§ 2º - Sobre os débitos fiscais não ajuizados até a data de adesão ao REFIS não incidirão honorários advocatícios.

§ 3º - Em caso de adesão ao REFIS para pagamento de multas civis ou condenações de ressarcimentos decorrentes de Ações Civis Públicas, não serão incluídas no refis as custas e eventuais honorários, que deverão ser pagas nos próprios autos do processo.

§ 4º - Em caso de adesão ao REFIS para pagamento de multas ou restituições arbitradas pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE) ou pelo Egrégio Tribunal de Contas da União (TCU), não incidirão honorários advocatícios.

Art. 5º - A inscrição do contribuinte no REFIS fica obrigatoriamente condicionada:

I - à inclusão de todos os seus débitos gerados ou vencidos até 31 de dezembro de 2019, relativo a cada processo cujo pagamento será objeto do REFIS.

II - à assinatura do termo de compromisso e confissão de dívida.

Parágrafo único. O ingresso no REFIS, a critério do optante, poderá implicar na inclusão da totalidade dos débitos referidos no art. 10 desta Lei ou na manutenção dos débitos demandados judicialmente, para que permaneçam nessa situação.

Art. 6º - A opção pelo REFIS sujeita o contribuinte à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 7º - A pessoa física ou jurídica, durante o período em que estiver incluída no REFIS, poderá amortizar o débito consolidado mediante compensação de créditos, líquidos e certos, vencidos ou vincendos, sem prejuízo do pagamento das parcelas mensais remanescentes.

Art. 8º - Não haverá ajuizamento de execuções fiscais no período compreendido entre as inscrições ao REFIS e o pagamento da primeira parcela ou parcela única do Programa.

Art. 9º - Serão excluídos do REFIS os contribuintes que derem causa as seguintes disposições:



Câmara Municipal de Echaporã

Estado de São Paulo

CNPJ: 02.652.664/0001-60

Praça Riodante Fontana, 13 - Fone/fax: (18) 3356-1441 - CEP: 19830-000 - Echaporã - SP

www.camaraechapora.sp.gov.br

cmechapora@gmail.com

I - inobservância ou descumprimento de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei Complementar;

II - inadimplência no parcelamento, por três meses consecutivos ou alternados, considerando que tais parcelas não quitadas no seu vencimento sofrerão os acréscimos legais;

III - falência ou extinção da pessoa jurídica;

IV - prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a diminuir ou sonegar tributos municipais.

§1º - A exclusão do programa implicará na exigibilidade imediata da totalidade dos débitos ainda não pagos, restabelecendo-se a este montante os acréscimos legais na forma da legislação aplicável.

§2º - A exclusão do programa produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que o contribuinte for cientificado da decisão de sua exclusão.

§3º - Da decisão que excluir o optante pelo REFIS, cabe, no prazo de cinco dias da notificação, recurso à Procuradora Municipal que o decidirá no prazo de cinco dias úteis.

Art. 10 - A opção pelo REFIS implicará, ainda, na automática desistência das impugnações, recursos administrativos ou judiciais, interpostos pelo contribuinte devedor.

Art. 11 - O contribuinte em débito com a Fazenda Municipal que não optar pelos benefícios previstos no artigo 3º, poderá parcelar o seu débito em até 60 (sessenta) meses, desde que preenchidos os seguintes requisitos:

I - prestação mensal do parcelamento concedido não inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais);

II - pagamento da primeira parcela a vista, no momento em que for firmado o parcelamento.

§1º - Será cancelado o parcelamento na hipótese do não pagamento de até três parcelas consecutivas ou seis alternadas, ficando o saldo devedor sujeito



Câmara Municipal de Echaporã

Estado de São Paulo

CNPJ: 02.652.664/0001-60

Praça Riodante Fontana, 13 - Fone/fax: (18) 3356-1441 - CEP: 19830-000 - Echaporã - SP
www.camaraechapora.sp.gov.br cmechapora@gmail.com

à execução fiscal, restabelecendo-se as eventuais multas, juros e os acréscimos permitidos em Lei.

§2º - Sobre as parcelas de que trata o "caput" incidirão juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, multas e atualização anual da Unidade Fiscal do Município, ou se não existir, UFESP.

§3º - Da decisão que cancelar o parcelamento do REFIS, cabe, no prazo de cinco dias da notificação, recurso à Procuradora do Município, que o decidirá no prazo de cinco dias úteis.

Art. 12 - A Procuradora Municipal, em havendo adesão ao REFIS, providenciará a suspensão dos processos judiciais em andamento para o cumprimento do termo de inclusão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS.

PARÁGRAFO ÚNICO - O não cumprimento regular do parcelamento do débito tributário pelos optantes do REFIS implicará no imediato prosseguimento das execuções fiscais na forma da Lei Federal nº 6.830/80, sem prejuízo das demais disposições previstas nesta Lei Complementar.

Art. 13 - O Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, não poderá ser promovido novamente antes do término do exercício de 2020.

Art. 14 - Os casos omissos nesta Lei serão dirimidos pelas disposições contidas no Código Tributário Municipal e no Código Tributário Nacional, com as suas respectivas alterações e normas complementares.

Art. 15 - Os parcelamentos de que trata esta Lei, independem de apresentação de garantia ou de arrolamento de bens, ficando mantidas as decorrentes dos débitos transferidos de outras ações, parcelamentos ou de execução fiscal.

Art. 16 - Poderão ser regulamentadas por Decreto, as disposições contidas nesta Lei.

Art. 17 - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, em 30 de junho de 2020.



Câmara Municipal de Echaporã

Estado de São Paulo

CNPJ: 02.652.664/0001-60

Praça Riodante Fontana, 13 - Fone/fax: (18) 3356-1441 - CEP: 19830-000 - Echaporã - SP
www.camaraechapora.sp.gov.br cmechapora@gmail.com

LUIS CESAR DOS SANTOS

Presidente

GUSTAVO MACHARETE

Vice Presidente

GREICIANE DE OLIVEIRA LIMA

1ª Secretária

NILTON GAZZOLA

2º Secretário